

Ética Libertária

C. R. da Cunha, A. Simoni

May 7, 2018

1 Introdução: Ética

Ética tem sido um dos grandes desafios humano a séculos e uma ética adequada resulta naturalmente em princípios econômicos que são simples. Para entendermos então o desenvolvimento do pensamento econômico e a economia contemporânea precisamos primeiramente entender o que é ética.

Moral é um termo comumente confundido com ética. Moral diz respeito ao comportamento próprio do indivíduo. Esta é autônoma, imposta apenas pela consciência do indivíduo a ele mesmo. Ela é também unilateral, pois diz respeito apenas ao indivíduo. Ainda, a moral é incoercível, pois não é forçada a ninguém, apenas pela consciência do indivíduo a ele mesmo.

Ética, por outro lado, é um conjunto de padrões morais que pode ser aplicado a todos indivíduos de um grupo. Porém, para podermos tratar ética como lei social, este padrão moral deve ser universal, ou seja, a ação a ser executada pelo indivíduo deve ser extensível a qualquer outro indivíduo. Esta ética não deve ser utilizada para se obter outro fim, mas deve ser o fim em si mesmo. Ainda, um princípio ético deve ser auto-consistente, ou seja, deve ser autônomo e valer para si mesmo. Para os familiarizados com a filosofia de Immanuel Kant, ética deve ser tratado como um *imperativo categórico*.

Moral e Ética

Moral diz respeito ao que o indivíduo subjetivamente toma como certo ou errado. Já ética é o conjunto de padrões morais ampliáveis a todos os indivíduos.

Encontrar princípios éticos pode ser mostrar uma atividade complicada. Assim, uma saída seria dizer que devemos viver sem nos preocupar com isto. Contudo, até mesmo esta posição constitui um princípio ético sobre como

os indivíduos devem agir. Ainda, poderíamos dizer que cada um deve agir como bem quiser. Esta também é uma posição ética. Estas duas posições, contudo, podem não ser compartilhadas por todos e assim serem inválidas por não serem universais. Verifica-se que é impossível fazer um argumento a respeito da sociedade sem conscientemente ou não nos basearmos em algum princípio ético.

Assim, enquanto as leis da natureza são descritivas, a ética é normativa, pois coloca normas para o comportamento dos indivíduos. Enquanto a lei descritiva apenas descreve algo inevitável, a lei normativa é uma escolha. Ela ainda pode ser dividida em duas subcategorias: ela pode dizer como os indivíduos deveriam agir (positiva) ou como não deveriam agir (negativa).

1.1 Ética Hoppeana

Vamos tentar encontrar um princípio verdadeiramente ético. Vamos partir do fato de que todos os recursos naturais são escassos. Isto tem que ser verdadeiro, pois caso contrário estes recursos deveriam ocupar todo o espaço e todo o tempo em um universo infinito. Com isto a ação humana seria impossível, pois não consumiria tempo.

Nosso próprio corpo é um recurso escasso sendo um meio pelo qual o indivíduo recorre para atingir um fim. Contudo, ele é incapaz de atingir mais de um fim distinto ao mesmo tempo utilizando os mesmos meios. É impossível, por exemplo, correr para frente e para trás ao mesmo tempo.

Logo, conflito existe quando indivíduos competem por recursos escassos. Por exemplo, dois indivíduos podem entrar em disputa por um pedaço de pão. Outro exemplo é um indivíduo querer utilizar o corpo de outro para seu próprio fim. Neste caso ele está tentando usar o recurso escasso de outro e o privando de usar seu próprio recurso escasso. Contudo, qualquer ação que gere um conflito não pode ser considerada ética, pois não é universal. Um princípio ético deve ser capaz de solucionar conflitos. Um princípio que atinge este fim é a lei de propriedade privada onde um indivíduo detém o direito de uso de um recurso escasso em detrimento dos demais. Vejamos como chegar a esta conclusão.

Através deste texto eu estou fazendo uma argumentação sobre ética. Para redigir este texto estou usando meu próprio corpo que é um recurso escasso. Eu estou tentando atingir um fim bem específico que é encontrar a verdade sobre ética através de proposições justificadas e válidas. Por outro lado, tu e os demais leitores podem redigir outros documentos contra-argumentando. Assim, no que argumentamos buscamos um concílio. Mesmo que não concordemos com nada no final, ainda teremos que concordar que

discordamos. Logo, o fim da argumentação é livre de conflito. Porém, para que a argumentação seja possível, é necessário que cada indivíduo participante reconheça o controle exclusivo do seu próprio corpo e dos demais indivíduos argumentadores. Assim, novamente para aqueles familiarizados com a filosofia Kantiana, a argumentação possui uma condição *a priori*. Ademais, a argumentação possui uma função normativa intrínseca que é o reconhecimento de todos quanto a propriedade individual de cada um. Logo, este reconhecimento é transcendental, pois sem ele uma argumentação é impossível.

A busca pela verdade de qualquer proposição ocorre através de uma argumentação. Até mesmo nosso exercício presente de tentar descobrir um princípio ético. Isto sequer podemos refutar, pois a tentativa de fazê-lo seria uma argumentação. Assim, qualquer tentativa de justificar um princípio ético deve ser argumentativo. Porém, na argumentação está implícito o direito de reconhecimento de propriedade privada. Assim, argumentar contra a propriedade privada seria uma contradição performática, pois no próprio ato de argumentar, o indivíduo já estaria reconhecendo este direito. Assim, princípios éticos justificáveis devem ser a ética argumentativa e o direito de propriedade privada. Qualquer tentativa de argumentação contrária cai necessariamente em uma contradição performática.

Concluimos então que esta ética maior composta da ética argumentativa e do direito de propriedade privada é *a priori* e funciona como axioma ético. Assim, qualquer norma derivada logicamente delas também deverá ser verdadeira.

Axiomas Éticos

A propriedade privada e a argumentação são princípios éticos *a priori*.^[1]

Mas como tornar uma propriedade privada? Segundo o pensador inglês do século XVII, John Locke, isto ocorre quando o indivíduo mistura seu trabalho com um recurso escasso ainda não utilizado por outro indivíduo (*res nullius* que compreende tanto a coisa abandonada *res derelictae* como as ainda não comerciadas *extra commercium*) e o delimita de forma a deixar claro que ele foi apropriado. Assim, o indivíduo utiliza um recurso escasso que é seu próprio corpo de forma indireta para se apropriar de outro. Este direito necessariamente deve pertencer ao primeiro indivíduo, pois imagine, por exemplo, que tu és o primeiro proprietário do teu próprio corpo. Um segundo indivíduo querer utilizá-lo para seus próprios fins viola imediatamente

a lei de propriedade privada.

O respeito a propriedade privada é então uma ética válida e verdadeira, pois caso os indivíduos seguissem esta normal, chegaríamos a uma sociedade livre de conflitos. Vejamos agora como a busca por esta ética tem ocorrido desde o final da idade média, ora por vias teleológicas ora não, e como dela deriva a verdadeira ciência econômica.

References

- [1] H. H. Hoppe, “The Economics and Ethics of Private Property - Studies in Political Economy and Philosophy”, 2nd ed. *Kluwer Academic Pub.* (1993)